

CFESS Manifesta

Campanha de Gestão 2011-2014 - *No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência*

Brasília, 10 de dezembro de 2012 - *Dia Internacional dos Direitos Humanos*
Gestão Tempo de Luta e Resistência



SEM
MOVIMENTO
NÃO HÁ
LIBERDADE

Vivemos em uma sociedade capitalista fundada na desigualdade social e em diferentes formas de opressão, como o patriarcado, o sexismo, o racismo, a xenofobia, a homofobia/lesbofobia e a transfobia. Trata-se de uma sociabilidade que cotidianamente interdita o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Na sociedade brasileira, na qual impera esta lógica geradora de desigualdade e restritiva da liberdade, cotidianamente nos deparamos com múltiplas expressões da violência, que atingem um público muito diverso - mulheres, homens, trabalhadores/as, estudantes, idosos/as, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT, negra e em situação de rua, etc. Para ilustrar, seguem alguns dados disponíveis sobre múltiplas expressões da violência no Brasil.

As mulheres compõem uma população muito atingida pela violência. A série de reportagens “Fácil de matar”, que o Cor-

reio Brasileiro publicou em 2011, traça o novo cenário das mortes femininas no país. Estimativas obtidas pela reportagem apontam o aumento médio de 30% nesses crimes na última década.

Outra população muito atingida pela violência no país é a de jovens. O extermínio da juventude faz parte da história da violência homicida no Brasil. Segundo informações do Mapa da Violência (Instituto Sangari, 2011), as taxas que em 1980 chegavam a 30 homicídios a cada 100 mil jovens, na década atual superam os 50 homicídios em 100 mil.

Segundo o Mapa da Violência (Instituto Sangari, 2012), apesar do número de homicídios entre a população branca diminuir, entre a população negra ele aumentou consideravelmente, desde o ano de 2002. Em 2010, por exemplo, morreram proporcionalmente 139% mais negros/as do que brancos/as.

Os/as trabalhadores/as rurais também são constantemente alvo da violência. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) “Conflitos no campo Brasil 2011”, sobressai o crescimento do número de ameaçados/as de morte. De 125, em 2010, saltaram para 347, em 2011.

A população de lésbicas, gays, travestis e transexuais é outra que vivencia cotidianamente múltiplas expressões da violência. O Grupo Gay da Bahia (GGB), no Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2011, relata que foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil naquele ano. Com este trágico cenário, o Brasil confirma sua posição de primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos motivados por homofobia/lesbofobia/transfobia, concentrando 44% do total de execuções de todo o mundo.

Indígenas também sofrem, historicamente, com o fenômeno da violência no

► Brasil. Dados e análises contidas no relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de 2011, ressalta que, com uma taxa de homicídios de 100 por 100 mil pessoas, quatro vezes maior do que a taxa nacional, o povo Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul e de Brasília, enfrenta uma verdadeira guerra contra o agronegócio.

A indignação frente à banalização da morte traz à tona os crimes praticados durante a ditadura, no período de 1964 a 1985 no Brasil. O levantamento, realizado e publicado na revista Caros Amigos (maio de 2012), destaca: 50 mil prisões arbitrárias; 20 mil torturados/as; 10 mil exilados/as; 426 mortos/as e desaparecidos/as políticos/as.

Estes dados expressam, dentre outras questões, como a violência tem contribuído para intensificar a barbárie como forma de extermínio das populações excluídas da riqueza socialmente construída.

Sabemos que o atendimento às necessidades humanas não ocorre sob o metabolismo do capital; é por isto que não nos rendemos às perspectivas fatalistas que se conformam com a ideia de que não existe alternativa à mundialização capitalista. Permanecemos acreditando que a história é uma arena fértil, aberta de possibilidades, e dessa forma seguimos lutando pela emancipação humana. A defesa da ampliação de direitos comparece como mediação estratégica no âmbito dessa sociabilidade, permeada pela dinâmica da luta de classes, numa relação complexa, que envolve disputas político-ideológicas quanto ao projeto societário que se deseja afirmar.

É nessa perspectiva que, na história do serviço social brasileiro, a luta por direitos faz parte da agenda das entidades representativas, desde o final dos anos 1970. A luta por melhores condições de trabalho, como todas as lutas da classe trabalhadora, constitui uma pauta permanente, daí a importante conquista da Lei 12.317/2010, que garante direito à redução da jornada de trabalho de assistentes sociais sem redução dos salários. Luta esta que não se restringe a uma reivindicação meramente econômico-corporativa, e sim objetiva garantir maior qualidade dos serviços prestados à população usuária.

É com base nesse entendimento que a luta por direitos exige desnaturalizar a exploração de classe e as múltiplas expressões da violência que ocorrem no cotidiano da sociedade brasileira.

COMPREENDEMOS QUE SOMENTE EM MOVIMENTO COLETIVO E CRÍTICO À SOCIABILIDADE CAPITALISTA É QUE OS SUJEITOS QUE LUTAM NO CAMPO DA ESQUERDA PODEM CONSTRUIR ALTERNATIVAS HISTÓRICAS DE LIBERDADE

Nessa perspectiva, vale realçar a frase da militante e pensadora marxista Rosa Luxemburgo, que nos inspirou na concepção dessa campanha, quando afirmou: “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. Mas por que “Sem movimento não há liberdade”?

Porque acreditamos que a luta pela realização de direitos exige atitude anticapitalista, o que implica colocar-se ideológica e praticamente contra o sistema de desvalores liberal-burgueses, bem como exige o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

Porque acreditamos que enfrentar as formas combinadas de exploração e opressão no cotidiano profissional se impõe como uma tarefa do tempo presente, para garantir maior qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Porque acreditamos que, sem movimento das forças de esquerda, que lutam pela emancipação humana, não há liberdade! Sem solidariedade de classe não há liberdade. Sem indignação não há liberdade! Sem respeito à diversidade humana não há liberdade. Sem o movimento da categoria dos/as assistentes sociais pela garantia de trabalho com dignidade, educação presencial, laica, de qualidade e saúde humanizada, não há liberdade. E mais: sem o movimento da categoria para combater, cotidianamente, preconceitos e discriminações no cotidiano profissional, não há liberdade.

A liberdade que defendemos não é na perspectiva liberal que se conforma com o jurídico-formal e, portanto, não acontece concretamente na vida do ser social, como garantidora da sua autonomia e autodeterminação.

Numa perspectiva emancipatória, a liberdade que assumimos, como gestão Tempo de Luta e Resistência, comparece como valor ético central

defendido pelo projeto ético-político profissional e se contrapõe à lógica do capital. Compreendemos que somente em movimento coletivo e crítico à sociabilidade capitalista é que os sujeitos que lutam no campo da esquerda podem construir alternativas históricas de liberdade.

Nessa perspectiva, a Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS (2011-2014) “No mundo de desigualdade, toda violação de direitos é violência”, que tem como slogan “Sem movimento não há liberdade”, deve ser trabalhada por cada Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e socializada com a categoria, na perspectiva de discutir, ampliar e se apropriar dos debates, da agenda dos sujeitos que vivenciam cotidianamente a violação de direitos como violência.

A campanha tem como objetivos:

- Contribuir para a construção de debates públicos sobre as consequências da violência para a vida de mulheres, negros/as, LGBT, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, população indígena, dentre outros;
- Sensibilizar assistentes sociais para o debate em torno da violação de direitos como expressão da violência, no contexto da desigualdade social, e divulgar uma cultura política de defesa dos direitos humanos, numa perspectiva crítica e anticapitalista;
- Incentivar os CRESS à proposição de ações criativas e participativas para materializar a campanha nos estados, envolvendo a categoria profissional, em articulação com os movimentos sociais que lutam contra as múltiplas expressões da violência e com grupos de pesquisa que discutam a referida temática.

São iniciativas como essas que reafirmam o sentido dessa proposição de Rosa Luxemburgo, que sinaliza a necessidade da intensificação do movimento emancipatório para a destruição de todas as correntes que obstaculizam e impedem que os indivíduos tenham suas necessidades atendidas e que vivam com liberdade. Sigamos em movimento contra a barbárie capitalista, em busca da liberdade!

O CFESS Manifesta que, enquanto houver exploração, opressão e violação de direitos, o serviço social brasileiro estará presente na luta e na resistência coletiva, afinal, **sem movimento não há liberdade!**



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

PRESIDENTE Sâmya Rodrigues Ramos (RN)

VICE-PRESIDENTE Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª SEC. Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

2ª SECRETÁRIA Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª TESOUREIRA Juliana Iglesias Melim (ES)

2ª TESOUREIRA Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

CONSELHO FISCAL

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylucia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

SUPLENTES

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Erivã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

CFESS MANIFESTA Campanha de Gestão /

Dia Internacional dos Direitos Humanos

Conteúdo (aprovado pela diretoria):

Sâmya Ramos, Marylucia Mesquita e Maurílio Matos

Assessoria de comunicação:

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Revisão: Diogo Adjuto

Diagramação: Rafael Werkema

Arte: JBis Propaganda